

# Economistas vão duelar na Constituinte

Da Sucursal

São Paulo — O futuro Congresso Constituinte deverá ser, mais do que nunca, uma arena para a discussão dos principais temas econômicos. A nova safra de deputados federais eleitos por São Paulo inclui economistas, como José Serra (PMDB) e Delfim Netto (PDS) e representantes de setores empresariais com posições definidas, como Guilherme Afif Domingos (PL), presidente da Associação Comercial de São Paulo.

Eles desembarcam em Brasília levando na bagagem projetos já detalhados e posições embasadas para enfrentar o debate que certamente será travado durante a redação da nova Carta. "A Constituição brasileira deve dizer de que forma vamos dividir os recursos recolhidos pela sociedade", defende Delfim Netto, ex-ministro do Planejamento.

Para fazer essa distribuição "do bolo", Delfim vai propor que "as possibilidades de realização do homem sejam também equiparadas".

Ele parte da constatação de que as pessoas hoje "dependem basicamente de sua posição social para ter oportunidades". Os defensores da propriedade privada terão nele um pilar extremamente confiável. "A propriedade privada não é uma invenção divina", ironiza o ex-ministro ao adiantar que esse será um tema que enfocará. Sua posição será sustentada em argumentos que relacionam propriedade privada e liberdade. "Nas sociedades em que ela é respeitada, nós vemos que a liberdade é possível", comenta.

Também Guilherme Afif, que chega à Câmara dos Deputados com mais de 500 mil votos, será fiel defensor da propriedade privada. Sua principal bandeira, deverá ser a valorização da livre iniciativa e do microempresário, a quem ele se dirigiu, com habilidade, durante a campanha eleitoral.

Afif comenta, com um toque de humor, que sua expressiva votação lhe dá imunidade para fazer críticas à política econômica do governo. "Temos que submeter o comportamento do estado a um idêntico comportamento econômico do indivíduo, que só é autorizado a gastar aquilo que seu orçamento permite e, se gastar mais, é impedido de imprimir dinheiro", comparou.

Para o presidente da Associação Comercial de São Paulo, a nova constituição deverá impedir o excessivo centralismo do estado.

"Hoje ele é facilmente manipulado pelos interesses da estatocracia, dos beneficiários dos gastos públicos e pela classe política", dispara Afif. Sua proposta para diminuir a presença do estado na economia é que a atuação executiva se dê basicamente através dos municípios, que, segundo afirma, "são facilmente fiscalizáveis". Essa sugestão prevê, ao mesmo tempo, a realização de uma profunda reforma tributária "para que os municípios tenham recursos para suas novas funções".

Serra, ex-secretário do Planejamento de Monteiro, também é favorável a reforma tributária defendida por Afif, secretário da Agricultura no governo de Paulo Maluf. "O fundamental para a descentralização será entregar aos estados e municípios o poder de legislar sobre seus impostos e dispor de maiores faculdades para criar tributos", sustenta.

A reforma tributária certamente será um dos temas mais debatidos pelos futuros congressistas. A forma como ela deverá se processar será motivo de acaloradas discussões. Se discordam quanto aos métodos, Serra e Afif estão certos de que a excessiva centralização é nociva, e Serra tem uma visão otimista: "Talvez assistamos nestes tempos ao fim do ciclo centralizador".

Guilherme Afif defende também que a adoção de medidas econômicas importantes, como as duas edições do Plano Cruzado, deve passar necessariamente pelo Congresso. "Todo esse processo não pode ser discutido por dois burocratas", protesta. Da mesma forma, questões como os gastos públicos e o tratamento da dívida externa não podem ser decididas sem uma consulta aos deputados federais e senadores.

Delfim Netto, que obteve pouco mais de 76 mil votos, resume sua ação futura em quatro projetos que pretende apresentar, todos relacionados à política econômica: "a igualdade de oportunidades, a defesa da propriedade privada, a organização através do mercado e o congelamento do governo".

Esses três políticos, novatos no congresso e bem sucedidos na sua primeira experiência eleitoral, dão sinais de que o debate sobre os principais temas econômicos e o próprio modelo adotado pelo Brasil será uma rotina no trabalho dos constituintes. E ao que tudo indica eles chegam aliados para defender suas posições, porque como costuma advertir o próprio Serra, "não se brinca com economia".

## Gaúchos discutem os problemas da criança

Porto Alegre — O Encontro Estadual Criança e Constituinte, que começa em Porto Alegre amanhã, segundo o delegado do MEC no Rio Grande do Sul, Hipérides Ferreira de Mello, tem o objetivo de mobilizar toda a população para uma ampla discussão sobre a problemática da criança, principalmente a de zero a seis anos, tendo em vista a elaboração da nova Carta Magna do País.

Para Ferreira de Mello, todo o Brasil tem que sentir que é responsável pelo problema da criança e que "este é um assunto que não pode ficar só à mercê do governo, seja municipal, estadual ou federal. É uma obrigação de todos nós pen-

sarmos no problema da criança, que está sendo agredida de todas as formas, inclusive através de propagandas via jornais e televisão", concluiu.

Este programa foi criado através da portaria interministerial nº 649, de 5 de setembro último, e envolve os ministérios da Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social, Trabalho, Cultura, Justiça e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Em razão do projeto, teve início nos diversos estados da União um amplo trabalho de detecção, organização e apresentação de propostas iniciais em cima da questão criança e constituinte.

ANC 88

Pasta Dezembro/86

038